



A PRODUÇÃO DE PRÁTICAS PROFISSIONAIS ANTIRRACISTAS DE PSICÓLOGAS NEGRAS E A RELAÇÃO COM SEUS PERCURSOS ACADÊMICO-PROFISSIONAIS

Daniele Vasco Santos¹

Universidade Federal do Tocantins, Curso de Psicologia, Miracema, TO, Brasil.

Sibelle Ferreira Souza Couto²

Universidade Federal do Tocantins, Curso de Psicologia, Miracema, TO, Brasil.

Resumo: Este artigo discute a produção de práticas profissionais antirracistas de psicólogas negras e a relação com seus percursos acadêmico-profissionais. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, cujas ferramentas teórico-metodológicas estabelecem intercessão com intelectuais negras, na qual foram entrevistadas sete profissionais da região norte do país. Os principais resultados apontam a ausência da discussão acerca das relações raciais na formação acadêmica, enquanto nas atuações profissionais há uma construção contínua de práticas antirracistas, por meio da produção coletiva, da busca por referências de intelectuais negras e na leitura dos territórios. Conclui-se que se torna urgente intensificar a problematização da formação, atuação e produção de conhecimento da psicologia brasileira, no que tange às relações raciais, assim como a construção efetiva de uma ciência e profissão antirracista.

Palavras-Chave: Formação em Psicologia; Relações Raciais; Percursos acadêmico-profissionais; Práticas Antirracistas.

¹Psicóloga. Doutorado em Educação. Pós-doutorado em Psicologia. Professora e Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Pará (PPGP/UFPA). Integra o Grupo de Pesquisa Transversalizando: ensino, pesquisa-intervenção e extensão/UFPA, cadastrado no diretório de grupos do CNPQ. Integra o GT ANPEPP de Psicologia e Relações Raciais. E-mail: vasco.daniele@mail.uft.edu.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7389-7419>

²Graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Atua como psicóloga no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) em Miracema do Tocantins. E-mail: sibellescouto@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8448-8220>



THE PRODUCTION OF ANTI-RACIST PROFESSIONAL PRACTICES BY BLACK PSYCHOLOGISTS AND THE RELATIONSHIP WITH THEIR ACADEMIC-PROFESSIONAL PATHS

Abstract: This article discusses the production of anti-racist professional practices by black female psychologists and the relationship with their academic-professional paths. This is a qualitative research, whose theoretical-methodological tools establish intercession with black intellectuals, in which seven professionals from the northern region of the country were interviewed. The main results point to the absence of discussion about racial relations in academic training, while in professional activities there is a continuous construction of anti-racist practices, through collective production, the search for references by black intellectuals and the reading of territories. It is concluded that it is urgent to intensify the problematization of the formation, performance and production of knowledge of Brazilian psychology, with regard to racial relations, as well as the effective construction of an anti-racist science and profession.

Keywords: Training in Psychology; Race Relations; Academic-professional paths; Anti-racist Practices.

LA PRODUCCIÓN DE PRÁCTICAS PROFESIONALES ANTIRRACISTAS POR PARTE DE PSICÓLOGAS NEGRA Y LA RELACIÓN COM SUS TRAYECTORIAS ACADÉMICO-PROFESIONALES

Resumen: Este artículo discute la producción de prácticas profesionales antirracistas de psicólogas negras y la relación con sus trayectorias académico-profesionales. Se trata de una investigación cualitativa, cuyas herramientas teórico-metodológicas establecen la intercesión con los intelectuales negros, en la que fueron entrevistados siete profesionales de la región norte del país. Los principales resultados apuntan a la ausencia de discusión sobre las relaciones raciales en la formación académica, mientras que en las actividades profesionales hay una construcción continua de prácticas antirracistas, a través de la producción colectiva, la búsqueda de referentes por intelectuales negros y la lectura de territorios. Se concluye que es urgente intensificar la problematización de la formación, actuación y producción de conocimiento de la psicología brasileña, en lo que se refiere a las relaciones raciales, así como la construcción efectiva de una ciencia y profesión antirracista.

Palabras-clave: Formación en Psicología; Relaciones raciales; Trayectorias académico-profesionales; Prácticas antirracistas.

LA PRODUCTION DE PRATIQUES PROFESSIONNELLES ANTIRACISTES PAR DES FEMMES PSYCHOLOGUES NOIRES ET LE RAPPORT AVEC LEURS PARCOURS ACADÉMIQUES-PROFESSIONNELS

Résumé: Cet article traite de la production de pratiques professionnelles antiracistes par des femmes psychologues noires et du rapport avec leurs parcours académiques-professionnels. Il s'agit d'une recherche qualitative, dont les outils théoriques et



métodológicas établissent l'intercession auprès des intellectuels noirs, dans laquelle sept professionnels de la région nord du pays ont été interrogés. Les principaux résultats pointent l'absence de discussion sur les relations raciales dans la formation académique, alors que dans les activités professionnelles il y a une construction continue de pratiques antiracistes, à travers la production collective, la recherche de références par les intellectuels noirs et la lecture des territoires. Il est conclu qu'il est urgent d'intensifier la problématisation de la formation, de l'exécution et de la production des connaissances de la psychologie brésilienne, en ce qui concerne les relations raciales, ainsi que la construction effective d'une science et d'une profession antiracistes.

Mots-clés: Formation en Psychologie; Relations inter-raciales; Parcours académique-professionnel; Pratiques antiracistes.

INTRODUÇÃO

O trabalho discute a produção de práticas profissionais antirracistas de psicólogas negras e as relações com seus percursos acadêmico-profissionais, problematizando a formação, atuação e produção de conhecimento em psicologia, no Brasil, no que tange a questão das relações raciais.

O Censo da Psicologia Brasileira (2022) demonstra que dos(as) 438.417 psicólogos (as) inscritos(as) no Conselho Federal de Psicologia, 371.680 identificam-se com a expressão de gênero feminino, ou seja, 79,2% do total (CFP, 2023), o que torna a profissão exercida majoritariamente por mulheres. Uma vez que o censo não associa as dimensões de raça e gênero, inferimos que a quantidade de mulheres negras é proporcional ao quantitativo dos(as) profissionais que se autodeclararam pardas(os) (26%) e pretas(os) (8,5%).

Achille Mbembe (2017) afirma que raça desempenha função política de transformação da pessoa em coisa, objeto e mercadoria, fazendo acontecer o negro enquanto selvagem, passível de desqualificação e instrumentalização. Para o filósofo camaronês, ao dividir a população em subespécies, o racismo sustenta relações nas quais a exclusão, o encarceramento ou a morte, dos considerados inferiores e perigosos, pode ser visto como algo que torna a vida mais saudável, pura ou segura. Falamos de uma arma de destruição que cria formas de existência social nas quais vastas populações estão em condições de vida que lhe conferem estatuto de mortos-vivos (MBEMBE, 2017).

Trata-se de discursos e práticas que constituem indivíduos e grupos assujeitados, como Outros, impuros e perigosos, sendo, no caso das mulheres negras, o “Outro do Outro”, como muitas intelectuais dos feminismos negros têm debatido. Racismo e



sexismo têm como fontes o colonialismo e a escravidão. E como formas de opressão se entrecruzam e produzem efeitos específicos, como menores expectativas de vida, ocupação de postos de trabalho de menor prestígio, menores remunerações e menores índice de casamentos, quando comparadas às mulheres brancas (CARNEIRO, 2011; Gonzalez, 1984).

No entanto, cabe ressaltar, que no período pós-abolição foram as mulheres negras as primeiras a ocuparem as ruas das cidades, organizando o comércio e a economia, acolhendo amigos e familiares no sustento efetivo das necessidades emocionais e materiais, sendo responsáveis pela sobrevivência da cultura negra africana, segundo afirmam Regina Oliveira e Maria da Conceição Nascimento (2017), ao trazerem as mulheres negras para o centro do debate acerca das relações raciais na psicologia, postulando que as mesmas serão as protagonistas a romperem com a lógica da subjugação.

Na esteira das formulações das autoras, consideramos as profissionais negras de psicologia diante das possibilidades de assumirem protagonismos, fazendo uso das heranças ancestrais, em modos de exercer a prática profissional e a vida, presentificando o legado de mulheres negras que as antecederam, de trabalho duro, perseverança, autossuficiência, tenacidade, resistência e insistência na igualdade racial (DAVIS, 2016). Sendo assim, lançaremos olhar às práticas antirracistas por elas produzidas, através do lugar privilegiado da psicologia no enfrentamento ao racismo, seja na produção acadêmico-científica sobre seus efeitos nos modos de subjetivação, seja no campo de atuação por meio da criação de práticas antirracistas.

Consideramos esse debate uma tarefa urgente diante do sofrimento histórico e coletivo produzido pelos efeitos do racismo (CFP, 2017), uma vez que a psicologia brasileira ainda não reconhece a presença histórica, social e cultural da população afrodescendente, como concluem Abrahão de Oliveira Santos e colaboradores(as) (2020), ao constatarem o pequeno percentual de artigos, em psicologia, problematizando as relações raciais. Quando relacionamos a ausência do debate no exercício profissional, pesquisas recentes apontam, por exemplo, a pouca contribuição da psicologia sobre o impacto do racismo na saúde mental de negros no Brasil (GOUVEIA; ZANELLO, 2018) e que mulheres negras quando atendidas por psicólogas brancas apresentam descontentamentos no que diz respeito à omissão, minimização e universalização de questões raciais (GOUVEIA; ZANELLO, 2019).



É pertinente pontuar que o racismo se fortalece, dentre outros aspectos, através da omissão da temática nos espaços de formação acadêmica-profissional e na falta de produção de conhecimentos que viabilizem os saberes e produções da população negra. Afinal, não falar sobre a estrutura racista presente no Brasil é ser conivente com a sua manutenção, pois “é no silêncio que o racismo se fortalece, é no silenciamento que ele se estrutura” (SANTOS; EMÍLIO, 2021, p.120). Entendemos que o não silenciamento do racismo, como um dos motes centrais em nossas práticas de pesquisa, de trabalho e de vida, faz confluência com as práticas antirracistas de psicólogas negras, instigando nosso interesse na temática abordada neste trabalho.

O termo antirracismo tem sido muito empregado como uma reação contrária ao racismo. Antonio Sérgio A. Guimarães (1999) discorre que o mesmo já foi utilizado de distintas formas no decorrer da história e em diferentes lugares e, no caso brasileiro, utilizado também pela classe média como forma de mascarar as estruturas do racismo. Faremos, neste trabalho, o uso do termo em proximidade com o antirracismo produzido pelos afro-brasileiros, aquele que evoca a percepção racializada de si mesmo(a) e dos outros (GUIMARÃES, 1999), produzindo a reconstrução da negritude a partir das heranças ancestrais da população negra, considerando as dimensões do racismo institucional e estrutural (ALMEIDA, 2019).

Do ponto de vista social, torna-se urgente e relevante a efetivação de práticas antirracistas que fissurem estruturas nas quais a negritude é considerada inferior e “está fora do lugar”, enquanto a branquitude significa superioridade e “está no lugar” (KILOMBA, 2019). Esperamos que este trabalho contribua neste sentido, seja diante da criação de processos formativos – durante e após a graduação – que considerem povos, histórias, memórias, epistemes e singularidades, e, também, diante de estratégias para a produção de novas respostas em prol da democracia e da igualdade racial.

PERCURSO METODOLÓGICO

Elegemos os percursos acadêmicos-profissionais de psicólogas negras e suas práticas antirracistas, os compreendendo como histórias coletivas, por meio de uma abordagem que privilegia as expressões de lutas, resistências e protagonismos, formulando análises em intercessão, sobretudo, com intelectuais negras. Desse modo, o estudo buscou constituir um campo-tema, não neutro, indicando outros modos de



produção de conhecimento, em uma perspectiva crítica, qualitativa e coletiva, que atravessam corpos, práticas e discursos.

Situamos o trabalho, portanto, como uma pesquisa antirracista, no sentido do reconhecimento das experiências da população negra como parte ativa na produção científica. Ricardo Castro e Cláudia Borges (2018), ao abordarem o processo de pesquisa em uma ciência implicada com o combate ao racismo, afirmam que escolher escrever sobre os processos de resistências permite evidenciar elementos da violência do racismo e, para além desta, a potência das lutas históricas e coletivas, afirmando sujeitos como construtores ativos de significados e práticas.

Essa perspectiva fundamentou o percurso metodológico da pesquisa e orientou a escolha das participantes de acordo com os seguintes critérios: a) Identificar-se como mulher negra; b) Ter cursado a graduação em psicologia, na região do norte do país, nos últimos 20 anos; b) Atuar e/ou ter atuado profissionalmente como psicóloga; c) Participar e/ou ter participado de algum grupo, coletivo, movimento, comissão ou organização que discute e/ou atue no campo das relações raciais; d) Possuir registro profissional de psicóloga.

A escolha pela região norte se deu em função das inquietações diante dos territórios que percorremos como pesquisadoras, docente, psicólogas, mulheres negras amazônidas e por esta ser a que possui os piores indicadores sociais quando comparados às outras regiões do país.

A seleção das participantes foi feita em um grupo de whatsapp que reúne psicólogas(os) de todo Brasil, a partir da identificação de números telefônicos da região norte e também por indicação de um psicólogo e docente negro, na época conselheiro do Conselho Federal de Psicologia. O convite para participar da pesquisa foi feito através de uma mesma mensagem de texto, enviada por whatsapp para todas participantes, apresentando os objetivos da pesquisa. Após a anuência das participantes, as datas e horários das entrevistas foram agendadas.

As entrevistas foram realizadas individualmente, através de videochamadas na plataforma Google Meet e audiogravadas para facilitar a posterior transcrição. Previamente à realização das entrevistas foram explicitados os objetivos e pressupostos teórico-metodológico da pesquisa, os princípios éticos referentes ao consentimento informado, participação voluntária, tratamento igualitário às participantes, o respeito aos seus valores e decisões, garantia da segurança no que diz respeito ao anonimato e



proteção dos dados produzidos, assim como os processos de restituição dos resultados da pesquisa após sua conclusão. Após esse momento, o Termo de Consentimento Livre e Informado foi lido e sua assinatura procedida, tendo a pesquisa sido cadastrada na plataforma Brasil e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa.

As entrevistas realizadas foram do tipo semiestruturada, com roteiro previamente elaborado, a partir de questões relacionadas ao tema e objetivos da pesquisa, permitindo às entrevistadas discorrer sobre o tema proposto, trazendo os acontecimentos históricos relacionados aos seus percursos acadêmico-profissionais e suas práticas antirracistas, por meio de respostas espontâneas (TRIVIÑOS, 1987).

Foram entrevistadas sete (07) psicólogas negras da região norte do país, sendo uma de cada estado. No momento das entrevistas, também foram utilizados questionários, como modo de traçar o perfil das participantes (Figura 1), destacando elementos dos marcadores sociais que permitissem contribuir com análise dos percursos acadêmico profissional. A faixa etária das psicólogas entrevistadas é entre 26 e 43 anos, tendo se formado entre os anos 2006 e 2019. Quatro (04) se formaram em universidades federais e três (02) são de universidades particulares. Duas (02) atuam na clínica privada, uma (01) na educação básica, uma (01) na saúde pública, uma (01) na comissão de direitos humanos de um Conselho Regional de Psicologia e duas (02) são docentes no ensino superior.

Para assegurar o anonimato foram atribuídos nomes fictícios inspirados no livro “Heroínas Negras Brasileiras em 15 cordéis”, de Jarid Arraes (2017), como homenagem às mulheres negras, conforme apresentado na figura abaixo.

Figura 1: Caracterização das Participantes

Ano de Formação	Estado	Instituição	Pública/privada	Idade	Nomes fictícios
2019	Pará- PA	UFPA	Pública (Federal)	32	Dandara, Pará.
2018	Porto- TO	ULBRA	Privada	26	Eva Maria, Tocantins.
2006	Amapá –AP	UFPA	Pública (Federal)	43	Tereza, Amapá.
2016	Manaus – AM	UFAM	Pública (Federal)	29	Carolina, Amazonas.
2018	Rio Branco – AC	FAAO-VERSS	U- Privada	37	Luísa, Acre
2019	Boa Vista Roraima – RR	UFRR	Pública (Federal)	27	Mariana, Roraima



2014	Porto Velho Rondônia – RO	Faculdade Aparícios Carvalho	Privada	33	Antonieta, Rondônia
------	---------------------------------	------------------------------------	---------	----	---------------------

Fonte: Santos e Couto, 2023.

Com a transcrição das entrevistas e sistematização das informações produzidas, esse conjunto discursivo foi analisado, procedendo o seguinte tratamento:

- 1- Descrição do traçado geral das entrevistas (descrição das práticas profissionais antirracistas e os elementos dos percursos acadêmico-profissionais no que tange às relações raciais).
- 2- Organização das entrevistas em torno de dois eixos temáticos: 1) As relações raciais no percurso acadêmico da formação em psicologia: envolve a temática das relações raciais na graduação no ensino, pesquisa e extensão, a presença de docentes negras(os) na graduação e o estudo de intelectuais negras(os) na graduação; 2) A produção de práticas antirracistas no exercício da profissão: envolve o entendimento das psicólogas entrevistadas a respeito do que são práticas antirracistas, a descrição dos processos de constituição de práticas antirracistas que promovem e as contribuições da psicologia na luta antirracista na região norte do país.
- 3- Após formulação dos dois eixos, deu-se nova leitura correlacionando com o referencial teórico.

Nas análises do material produzido, os discursos que emergiram nas entrevistas foram tratados como práticas, em suas regras históricas, determinadas no tempo e no espaço, que definiram em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística (FOUCAULT, 2004). Os discursos proferidos não foram vistos como atos de fala individuais, mas nas práticas sociais em que se inserem, que aponta para um conjunto heterogêneo que sustenta práticas profissionais, em estreita relação com os percursos acadêmico-profissionais. Neste sentido, foram analisados como práticas que fazem coisas, por meio de relações de saber-poder, um poder produtivo de realidades, de campos de objetos e rituais de verdades (Foucault, 2002).

AS RELAÇÕES RACIAIS NO PERCURSO ACADÊMICO DA FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA



A incipiente produção científica em psicologia a respeito da temática das relações raciais e a pouca representatividade de mulheres negras no exercício da profissão, podem ser melhor compreendidos quando situamos tais acontecimentos como efeitos do racismo, grave violência estrutural e institucional, presente na sociedade brasileira. Produzido por uma sociedade desigual, conforme nos mostra Silvio Almeida (2019), o racismo faz parte de modo como a sociedade se estrutura, discriminando e subalternizando grupos para além do plano das consciências e intenções. A sociedade é organizada de tal forma que mesmo que a vontade de pessoas brancas não seja de discriminar, existe um arranjo no qual as pessoas negras estão ausentes dos espaços e também das decisões.

Para pensar a temática das relações raciais nos percursos acadêmicos das psicólogas entrevistadas, consideramos as trajetórias de realização dos cursos de graduação em psicologia, sem incluir neste momento, os processos formativos extracurriculares. Sendo assim, no conjunto das entrevistas, três aspectos da formação acadêmica, no tocante ao debate das relações raciais (com foco na população negra), se destacam: o tripé ensino, pesquisa e extensão; o estudo de intelectuais negros/as; e, a presença de docentes negros(as) na graduação em psicologia.

Em relação ao ensino, pesquisa e extensão, as trajetórias acadêmicas das psicólogas foram marcadas pela ausência da temática nas disciplinas. Apenas uma psicóloga relatou ter tido um contato direto com a temática, a partir de uma disciplina optativa na grade curricular:

A gente teve uma disciplina eletiva, que era psicologia social do racismo. Era eletiva, então só quem quisesse... E foi nessa disciplina que a gente teve uma discussão muito boa para pensar nas relações raciais, para pensar em como o racismo influencia na construção subjetiva, na vivência do sofrimento. (MARIANA, Roraima)

Outras profissionais também citaram a psicologia social como um campo de estudos que permite construir referências, mesmo que gerais, para discussão das relações raciais. Importante mencionar a importância do debate promovido por Maria Aparecida Bento e Iray Carone a respeito da branquitude e branqueamento, no livro *Psicologia social do racismo* (2017), como contribuição fundamental para repensar o papel dos(as) profissionais da psicologia frente à discriminação racial presente no Brasil.



Em relação à pesquisa, apenas uma das entrevistadas apontou ter trabalhado com a temática, por escolha própria, em seu trabalho de conclusão de curso. Outra participante relatou que em sua pesquisa de conclusão de curso o debate sobre relações raciais foi abordado, no entanto, sem ser tomado com centralidade. Nenhuma das entrevistadas participou de atividades de extensão abordando a temática das relações raciais ou voltadas à população negra.

“Não tive contato, na formação, com a discussão epistemológica a respeito de como as questões raciais influenciam nos processos de subjetividade das pessoas”, nos diz uma das participantes da pesquisa, Carolina. Desse modo, ausência do debate indica quais saberes são valorizados nos currículos de formação das entrevistadas, corroborando as pesquisas recentes que assinalam a incipiência do debate racial na formação em psicologia, demonstrando assim uma formação comprometida com a produção de uma subjetividade colonial-capitalista, cujos apagamentos informam para quem a psicologia é feita e a quem ela representa (FELIX-SILVA et al, 2021; GONZAGA, 2019).

Cabe lembrar que psicologia traz em sua história a utilização de teorias eurocêntricas discriminatórias que disseminaram a ideia de atraso cultural das populações negras na década de 1930 (médico Artur Ramos) e as teorias das carências culturais, formulando que pobreza econômica gera pobreza cultural e psíquica. A partir dos anos 2000, também como efeito de maior diálogo e reivindicações do movimento negro, há maior desenvolvimento da temática étnico-racial nas produções acadêmicas. Na psicologia alguns dos temas mais pesquisados são os efeitos psíquicos do racismo, os estudos sobre branquitude, modos de subjetivação do racismo, estratégias para superar o racismo, sendo a psicologia social campo teórico mais utilizado (CFP, 2017).

Ao versar sobre esse período dos anos 2000, Regina Oliveira e Maria Conceição Nascimento (2020), tomam como ponto de partida a entrevista de Kanbegele Munanga concedida a Antônio da Costa Ciampa, publicada na Revista psicologia e Sociedade da ABRAPSO, cuja interrogação voltava-se ao silêncio da psicologia social a respeito da temática das relações raciais, no contexto da formação da identidade e subjetividade dos brasileiros. Segundo as autoras:

A psicologia acaba por afetar-se com esta densa crítica e debate, e promove durante a primeira década do novo século uma grande abertura para uma transformação nunca antes vista no contexto da pesquisa em psicologia social e estudos sobre o negro no Brasil. Neste período os psicólogos começaram a buscar com mais intensidade o diálogo com as ciências sociais e antropológicas



para produzir pesquisas no âmbito acadêmico. (...) Neste período, a efervescência técnico-científica no campo psicológico que o debate promoveu, produziu e resultou em um grande número de dissertações de mestrado e teses de doutorado presididas e arguidas principalmente pela tabelinha Ciampa, Kabengele Munanga e Josideldeth Consorte, no cenário de São Paulo (p.224).

São esses e outros estudos que possibilitam desconstruir o determinismo biológico da época, que marcou por muito tempo o pensamento psicológico brasileiro a respeito das relações raciais (SANTOS; SCHUCMAN; MARTINS, 2012) e olhar para as interações sociais como espaço de consolidação das desigualdades. Neste sentido, os deslocamentos que os estudos sobre relações raciais operaram na psicologia, nos últimos anos, anunciam que mudanças começaram há tempos e continuamos agora na esperança que as próximas gerações também darão continuidade (SANTOS, 2022), uma vez que identificamos que este movimento não se fez notar em seus percursos acadêmicos, como nos informam as participantes da pesquisa.

Ao serem perguntadas sobre a presença de intelectuais negros/os nos planos de cursos durante a graduação, apenas uma entrevistada indicou ter estudado Lélia González, Sueli Carneiro e Ângela Davis. A ausência de intelectuais negros(as), nas referências bibliográficas dos cursos de graduação, aponta um processo formativo de matriz epistêmica eurocêntrica, ditando a academia e a ciência, quais conhecimentos são verdadeiros e em quem se deve confiar, de acordo com Grada Kilomba (2019). A psicologia, conforme destaca Paula Gonzaga (2022) recebeu, de intelectuais negras, preciosa contribuição do pensamento sobre noções emancipatórias de sujeito e sociedade. Tais intelectuais, inspiradas por memórias ancestrais, “têm anunciado modelos transformadores de organização social, de autoridade epistêmica e de valoração das experiências como ponto de partida da enunciação científica e política” (GONZAGA, 2022, p.159-160).

Ainda que essas mulheres negras sejam pioneiras nos estudos das relações raciais, pouco se fala sobre elas nas instituições de ensino superior, fazendo jus à construção discursiva na qual os(as) negro(as) são colocados(as) em posição de inferioridade e negação, conforme afirma Ari Lima (2001), a negação de negros(as) como intelectuais no meio acadêmico. Trata-se do epistemicídio e aqui recorreremos a Sueli Carneiro (2005):

O epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso à educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de



deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da autoestima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo (CARNEIRO, 2005, p. 97).

A autora segue afirmando o que considera um duplo sequestro da razão: tanto pela negação da racionalidade da pessoa negra, que é vista como o Outro, quanto pela imposição de uma cultura e conhecimentos brancos (CARNEIRO, 2005, p. 97). Assim, o epistemicídio apaga o pioneirismo de mulheres negras nas diversas esferas sociais. A esse respeito, apenas duas entrevistadas tiveram três (03) professoras(es) negras(os), duas entrevistadas (02) tiveram duas (02) professoras(es) negras(os), duas (02) tiveram uma (01) docente negra(o) e uma profissional não apresentou uma quantidade exata, referindo-se a “alguns”. Dessas(es) docentes negras(os) de graduação nas formações das psicólogas entrevistadas, apenas duas (02) professoras abordaram a temática racial.

Mesmo com a lei Nº 12.990, de junho de 2014, que reserva às pessoas negras 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal (BRASIL, 2014), as universidades brasileiras apresentam um baixo percentual de docentes negras e/ou negros nas universidades (LIMA; FREITAS, 2021).

Consideramos que as omissões e ausências apontadas pelas entrevistadas se estendem aos cursos de ensino superior brasileiros de um modo geral, podendo ser caracterizado como “uma forma que o pacto da branquitude vai utilizar para aniquilar qualquer ameaça ao seu domínio, pois estes já estabeleceram que o normal e o natural é que as pessoas brancas ocupem os lugares de poder e saber” (ALMEIDA, 2019, p.27). Como aponta a psicóloga Antonieta “nós precisamos questionar o pacto da branquitude, questionar as estatísticas de genocídio da população negra e da violação geral de direito, a gente precisa se impor mediante as situações racistas” (ANTONIETA, Rondônia).

Nilma Lino Gomes (2018), ao analisar como a colonialidade está presente nos currículos, afirma a descolonização como processo de ruptura epistemológica, política e social, ocupando um lugar primordial do movimento negro e da intelectualidade negra. Mas para que seja possível descolonizar currículos e a formação em psicologia faz-se necessário situá-los em seus contextos de produção, as universidades brasileiras, que historicamente contribuíram para a desqualificação dos saberes afro-brasileiros e indígenas (CARVALHO, 2020). Faz-se necessário considerar, sobretudo, que as universidades brasileiras se constituíram em uma sociedade alicerçada em uma estrutura



colonial, que mesmo pós-escravidão manteve a população negra sem nenhum tipo de assistência por parte do estado e operando uma política de embaquecimento da nação, assolando a desigualdade social e racial no Brasil (LIMA; FREITAS, 2021, p.239).

Nas universidades, a presença branca se impõe como universal, positiva, neutra e contínua. Sendo assim, a psicologia precisa se debruçar no debate acerca de como os corpos brancos exercem privilégios. Para Sueli Carneiro (2011) “a desconstrução da brancura como ideal de ego na sociedade é imperativo para a libertação e cura de todos: negros, brancos, indígenas, orientais. E talvez nisso resida o papel mais estratégico que os psicólogos têm a cumprir” (CARNEIRO, 2011, p. 81).

Retornando às formulações de Silvio Almeida (2018), o racismo estrutural opera por meio do racismo institucional, sendo este definido incorporando as relações estabelecidas entre racismo e subjetividade, racismo e Estado, racismo e economia. Segundo o autor, a importância da definição de racismo institucional, no estudo das relações raciais, reside no fato deste não resumir o racismo a comportamentos individuais, mas partindo da tese de que em uma sociedade estruturalmente racista, os conflitos raciais são parte das instituições que funcionam direta ou indiretamente apresentando desvantagens ou privilégios a partir da raça. Assim, “a supremacia branca no controle institucional é realmente um problema, na medida em que a ausência de pessoas não-brancas em espaços de poder e de prestígio é um sintoma de uma sociedade desigual e, particularmente, racista” (ALMEIDA, 2018, p.38).

Nas instituições de ensino superior, podemos identificar o racismo estrutural operando por meio do racismo institucional, por exemplo, nas dificuldades que discentes negros e indígenas têm no acesso e permanência; na presença majoritariamente de docentes brancos; na hegemonia das epistemologias brancas nos Projetos Pedagógicos de Cursos; na presença majoritariamente branca nos cargos e instâncias de poder e decisão; dentre outras manifestações que precisam ser evidenciadas por meio de indicadores que permitam monitorar os processos para a superação do racismo institucional, uma prática possível apenas se as instituições incorporarem o conceito em seus processos de trabalho.

Desse modo, ainda que haja avanços significativos, sobretudo após a criação das ações afirmativas como políticas de Estado, os aspectos destacados nas entrevistas, a respeito da presença incipiente de intelectuais negros(as) nas referências bibliográficas obrigatórias, a ausência da temática nos modos de operar ensino-pesquisa-extensão,



assim como a ausência de docentes negros(as), fazem referência ao racismo estrutural presente nas instituições de ensino, por meio do racismo institucional e do epistemicídio.

Como herança do processo histórico de escravização, os grupos brancos alcançaram privilégios sociais e as populações discriminadas sofrem efeitos em todas as dimensões da vida, sendo necessário que o Estado fomente políticas capazes de dirimir desigualdades. O fundamento das políticas de ações afirmativas é fazer com que grupos historicamente discriminados alcancem patamar de igualdade com os que não foram discriminados, objetivando o aprofundamento da democracia, igualdade e justiça social.

Neste sentido, a presença de discentes e docentes negras(os), quilombolas, indígenas, pessoas com deficiências, LGBTQIA+, convoca a deslocamentos que incluam, sobretudo, outras epistemologias que fundamentem noções de corporeidade, pertencimento, território, por exemplo. Para isso, precisamos prosseguir nos enfrentamentos aos racismos institucionais e estruturais que atravessam o cotidiano das instituições de ensino superior, perpetrando silenciamentos, invisibilidades e subordinação racial.

A PRODUÇÃO DE PRÁTICAS ANTIRRACISTAS NO EXERCÍCIO DA PROFISSÃO

Na medida em que emergem, nos discursos das entrevistadas, a ausência da discussão racial em seus percursos acadêmicos oficiais, bem como, a prevalência dos saberes, das(os) intelectuais e professoras(es) brancas(os), emergem também movimentos que as mesmas promovem em busca de processos formativos, participando de grupos, redes e/ou articulações de psicólogas(os) que discutem a temática racial, como espaço fundamental para a constituição das suas práticas profissionais antirracistas. Estas, conforme descritas pelas participantes da pesquisa, apresentam-se descritas no quadro a seguir.

Figura 2: Práticas profissionais antirracistas produzidas pelas participantes

Tipos de ações	Atividades
Na formação em psicologia	Palestras, Congressos, Grupo de pesquisa, Grupo de estudos, Docência na graduação, Supervisão de estágio, Participação em seminários, Lives.
Com grupos, organizações	Trabalho com mulheres indígenas sobre políticas públicas, Escuta



e comunidades.	de mulheres negras e homens brancos, Grupo com adolescentes, Exposição Artística, Oficinas de turbante, Oficinas de tranças Afros, Projeto com juventude periférica através da arte, Empoderamento – Emancipação, Prática Clínica, Formação psicoeducativa, Incentivo de leitura de livros com a temática na escola, Mesa redonda e escuta clínica em quilombo, Campanhas com a temática racial.
Participação em instâncias de poder e decisão.	Instâncias de representatividade, espaços organizativos, coletivos políticos, movimentos sociais.

Fonte: Santos e Couto, 2023.

Cabe-nos destacar o que há nessas atividades que as torna antirracistas, de acordo com os principais aspectos apontados pelas entrevistadas: a) São atividades que partem do entendimento das desigualdades raciais presentes no Brasil; b) Consideram a importância da representatividade nos espaços de poder e decisão; c) Fundamentam-se em produção de intelectuais negras(os), bem como, na produção de epistemologias que levem em consideração os saberes negros e indígenas; d) Consideram e evidenciam a experiência de corpos negros e suas relações com os territórios; e) Propõem a produção de reflexões, denúncias e confrontos frente ao racismo estrutural.

O entendimento das desigualdades raciais implica situar os lugares dos corpos negros ocupados nas estruturas das sociedades racistas, partindo de seus próprios corpos enquanto territórios políticos (GRIJALVA, 2020), de memórias e ancestralidade (Nascimento, 1985), como os dizem as entrevistadas:

Essa prática antirracista na minha trajetória se refere não apenas às leituras teóricas ou mesmo a escuta de outras pessoas pretas que são da academia ou que são de movimentos sociais, tem também muito a ver com aquilo que eu vivencio desde criança na casa, por exemplo, dos meus avós maternos e paternos lá no Amapá. E com aquilo que eu escuto, vivencio, troco, durante todos esses 10 anos que eu passei percorrendo pelo interior do Pará, no trabalho no CRAS e na docência em psicologia. (TEREZA, Amapá)

Então, o primeiro passo foi entender essa estrutura: como é que ela me atravessa? E aí agora, caminhando, né? Eu tenho um tempo, um pouco de tempo, pensar e colocar isso na minha prática clínica, dentro de uma prática que eu nunca pensei que fosse atuar. Pensar as nossas vivências para além da dor. Entender as nossas potências. E entender nossas potências através das nossas histórias, das referências que estão mais próximas de nós. E não de referências que estão muito distantes. (CAROLINA, Amazonas)

Para você realizar uma prática clínica antirracista você precisa, primeiro ter a consciência de que o Brasil é sim um país racista e que existe essa desigualdade entre os grupos raciais. (DANDARA, Pará)



Assim, para as entrevistadas, o reconhecimento do racismo na sociedade, atravessando as relações cotidianas e também a formação acadêmica, se deu a partir de seus corpos e experiências, sendo estes constituídos em processos de produção subjetiva que conferem complexidades envolvendo racismo, psiquismo, segregação urbana e racial, como formulam Regina Oliveira e Maria Conceição Nascimento (2020). Nas palavras das autoras:

Os princípios que regulam a condição emocional de saúde mental da população negra constituem-se na história do processo civilizatório da sociedade humana. É essa história que traz marcas das arcaicas experiências, que são transmitidas geração após geração, com repercussões formativas no aparelho psíquico humano (p.226).

Entendemos que nesta imbrincada relação, em uma sociedade racista, ser “negra demais” para o espaço da universidade ou do consultório de psicologia, por exemplo, é considerado como algo marcado com negatividade, conforme uma das entrevistadas nos diz: “Eu falava negro, aparentava negro, andava negro. E para eles era ruim. Sofri racismo com o meu cabelo, na instituição, de coordenadores. De fazer piada dentro de coordenação, perguntando se o meu cabelo molhava” (LUIZA, Acre). Em espaços hegemonicamente brancos, entendemos que experiências como a relatada não é única para sujeitos negros, mas uma sucessão de experiências que se repetem incessantemente nas biografias de pessoas negras, transportando-as para a cena colonial, na qual sob regime de escravidão a população negra foi colocada como objeto, coisa, mercadoria, o que Grada Kilomba (2019) define como episódio de racismo cotidiano.

A experiência de Luísa reverbera a de muitas outras mulheres negras na formação em psicologia. Em estudo com estudantes negras cursando psicologia em universidades públicas e privadas, Aline S. R. dos Santos e Solange A. Emílio (2021) apontam como principais resultados, a falta de representatividade de mulheres negras na formação em psicologia, onde 64% das participantes não estudaram autoras negras e 58% das respondentes não tiveram nenhuma professora negra enquanto e 40% tiveram de uma a três professoras negras na formação (SANTOS; EMÍLIO, 2021).

No entanto, ao invocar episódios de racismo cotidiano, no conjunto das entrevistas, podemos situar também como as participantes da pesquisa concebem a produção de práticas antirracistas em psicologia associada ao processo nomeado por elas como consciência racial, letramento racial ou autorreconhecimento como mulher negra. Este, tomado por diversas dimensões, inclui também a estética negra como



retomada da imagem de si e do outro, como nos fala Teresa “ao mesmo tempo em que eu estava nesse processo do autoconhecimento de mulher negra, paro de alisar cabelo, participo das oficinas de tranças e começo a discutir psicologia e relações raciais.”

Nas análises que promovemos, trata-se de um processo que se faz além das esferas individuais e alcança espaços coletivos, como a Articulação Nacional de Psicólogas (os) Negras(os) e Pesquisadoras(es) – ANPSINEP, as Comissões de Relações Raciais dos Conselhos Regionais de Psicologia, os Núcleos locais da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO), Rede Fulanas, com os movimentos negros e outros coletivos de mulheres negras. Nesses espaços coletivos as psicólogas indicam os encontros e estabelecimento de alianças com outros(as) colegas negros(as), assim como não negros/as posicionados em perspectivas aliadas ao antirracismo, assim como com referências teóricas de intelectuais negros(as).

“Costumo dizer que o meu processo de autorreconhecimento de mulher negra não foi doloroso, não foi violento, porque foi a partir desses lugares de muito acolhimento e muito afeto”, nos diz Tereza. Também Carolina aborda o encontro com uma organização de mulheres negras da região Amazônica, ouvindo as “mais velhas” em suas histórias, realidade e lutas, declarando que estes encontros possibilitaram “entender a questão do território também como parte da minha identidade enquanto mulher negra, enquanto profissional negra”.

Neste sentido, as referências de intelectuais negras surgem como encontro ancestral que possibilita rever epistemologias e intervenções, como podemos observar nos trechos que seguem:

Entendo como prática antirracista rever a nossa epistemologia porque tudo que a gente sabe sobre psicologia é colonizado e a gente tem muitos saberes que não foram disseminados, justamente por conta do racismo estrutural, o chamado epistemicídio. Eu entendo que é rever nossas práticas, repensar esse saber que veio da Europa, será que ele cabe bem aqui nessa intervenção que eu estou fazendo no interior do Tocantins? Também procurar conhecer outros saberes, aplicá-los no nosso dia a dia, nas nossas intervenções. (EVA MARIA Tocantins)

Eu entendo que tem a ver com a forma que a gente constrói conhecimento e age. Como nos movimentamos a partir desse movimento que é construído levando em consideração também a necessária mudança de referências daquilo que estamos construindo enquanto conhecimento. (TEREZA, Amapá)

Esse movimento de busca por novos caminhos e novas epistemologias, consideramos como processos de aquilombamento e além de envolver o



autorreconhecimento como mulher negra e o contato com referências teóricas negras, envolvem também a leitura do território na atuação profissional. Os quilombos foram um marco na capacidade de resistência e organização da população negra, como Beatriz Nascimento (1985) formula, eles estão em movimento e se transformam.

Antônio Bispo dos Santos (2015) no livro *Quilombo, modos e significados*, aborda o termo quilombo sendo imposto e considerado uma organização criminosa no passado, mas sendo utilizado pela população negra como uma forma de resistência, significando organização de direitos. Para ele, utilizar esses termos, tanto para a população indígena quanto a negra, demonstra sua capacidade de ressignificação, bem como, sua visão plural e circular, que remete a cosmovisão afrodescendente (SANTOS, 2015).

Já o termo “aquilombamento” parte do que Beatriz Nascimento considerava sobre as novas configurações do quilombo, pois para ela “quatro ou cinco negros reunidos também formam um quilombo, basta um negro estar com outro negro ou consigo mesmo” (NASCIMENTO, 2022, p.130). Assim, ainda segundo a autora, o quilombo não remete apenas ao território físico, mas também ao existencial, presente em cada corpo negro e quando as pessoas negras se reúnem, produzindo forças contra hegemônicas (NASCIMENTO, 2021).

Entendemos, com as participantes da pesquisa, que os coletivos, grupos e articulações de estudo e reflexão sobre as temáticas raciais podem se constituir como esse corpo político, que carrega em si a memória ancestral dos quilombos, configurando também como novas formas que possibilitam a articulação para a reivindicação de direitos, autoafirmação negra e resistência em tempos de destruição (Nascimento, 1985). Assim, as atuações das profissionais fazem referência às experiências dos corpos negros e suas relações com territórios no que seriam suas demandas específicas, no que diz respeito à região norte, aliadas às questões da população negra nesse território com as questões indígenas, quilombolas, ribeirinhos.

Cabe mencionar que a região norte, por sua extensão territorial, é a maior do Brasil, constituída de sete estados: Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, com uma população estimada em 18.906.962 habitantes. A região é rica em biodiversidade, minérios, água potável, flora e fauna, com população cujo conhecimento sobre a floresta e sua própria cultura é vasto e milenar, sendo alvo dos projetos desenvolvimentistas, cujos impactos foram (e ainda são) devastadores, sobretudo, do



ponto de vista social e ambiental. O seu histórico, marcado pela miscigenação, traz contornos específicos para os processos de racialização da população diante do mito da democracia racial, constituída por “caboclos”, “ribeirinhos” e a ideia de uma prevalência indígena.

Nesse sentido, Tereza explica que é importante olhar o que une, mas não perder de vista que cada estado, cada comunidade, seja ela quilombola, indígena, ribeirinha, rural, possuem dinâmicas específicas que “precisam ser olhadas ainda, e olhadas com muita honestidade, para que se compreenda de fato aquilo que é necessário para cada um desses territórios.” (TEREZA, Amapá). Para além de estar da região norte do país, trata-se de fato conhecer essa região e construir junto com a população, na qual está inserida, modos de atuação que considerem fatores que descentrem tanto o olhar eurocêntrico, quanto os produzidos nas regiões do país que concentram as produções acadêmicas e também seus veículos de circulação/difusão, tal como aponta Tereza:

A gente ainda bebe muito e quase exclusivamente de fontes daquilo que é produzido enquanto conhecimento na região sudeste e de alguma forma também na região nordeste. A gente não tem ainda essa prática dessa produção de referenciais que tenham a ver com aquilo que é a especificidade da própria região norte. (TEREZA, Amapá).

As condições regionais específicas requerem respostas em práticas concretas, também específicas. Morar na região ou nela trabalhar não é condição suficiente para entender e atuar diante dessas especificidades, requerendo a dimensão territorial, nos termos aqui discutidos, seja incorporada na formação, atuação e produção do conhecimento em psicologia. Em consonância com esse aspecto, as entrevistadas ressaltam importância da visibilização das produções acadêmico-científicas da região norte, principalmente através de financiamento nas pesquisas e circulação/difusão dessas produções, para que possam chegar às psicólogas e também à população. Assim, sobre a importância de entender a estrutura racial presente em cada território, a psicóloga Tereza destaca: “quando a gente começa a ter essa leitura racializada de tudo aquilo que a gente faz nos territórios onde a gente se encontra, é possível pensar também estratégias de intervenção, oferta de serviços e projetos que estejam de acordo com a necessidade daquele território” (TEREZA, Amapá).

Portanto, ao invés de fazer referência aos contextos europeu e norte-americano, por meio de correntes da psicologia hegemônicas, apresentadas de modo universal e abstrato, muitas vezes a partir das demandas do sudeste do país, entender as questões



raciais nos territórios da região norte, permite formular questões dos/com os povos que os habitam em suas histórias locais. O que, do ponto de vista da produção acadêmica, requer esforços institucionais para ampliar a oferta da graduação e da pós-graduação, dos últimos anos, não venceu a demanda reprimida, requerendo condições institucionais que envolvam financiamento, recursos humanos e estruturais para que se produza conhecimento na região (Calegare; Tamboril, 2017).

Foi possível analisar que as entrevistadas realizaram percursos profissionais, identificando e nomeando o racismo em suas diversas dimensões, compreendendo os modos de subjetivação sob essa perspectiva, buscando produzir práticas antirracistas fundamentadas em epistemologias diversas das apresentadas em seus cursos de graduação. Isso demonstra que foi feito um caminho importante nas últimas décadas na psicologia brasileira, em termos de estudos sobre relações raciais, e torna-se primordial o reconhecimento do legado de pioneirismo e tenacidade de mulheres negras na luta antirracista, dentro e fora da psicologia, através de suas vivências pessoais e coletivas, nos âmbitos das práticas profissionais e de vida, assim como suas produções intelectuais.

Se por um lado há pouca preocupação com o desenvolvimento de práticas e ações comprometidas com a alteração dos currículos de formação em psicologia (OLIVEIRA; NASCIMENTO, 2020), por outro, empreendemos das discussões aqui efetuadas indicações a respeito dos movimentos que alteram o cenário da formação e atuação em psicologia, para além das circunscrições oficiais, materializadas nos Projetos Pedagógicos dos cursos, entre salas de aulas e referências bibliográficas obrigatórias, e do cotidiano institucional das instituições de ensino. Como percursos forjados desde perspectivas antirracistas, nas narrativas das psicólogas negras emergem currículos (de formação e atuação) desenhados, por meio de memórias ancestrais, que agenciam uma complexidade de forças, possibilitando deslocamentos importantes no enfrentamento ao racismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer do artigo discutimos que as relações estabelecidas entre as práticas profissionais antirracistas de psicólogas negras e seus percursos acadêmico-profissionais partem da ausência ou da discussão incipiente a respeito das relações



raciais, colocadas em funcionamento a partir do referencial branco, tendo professoras(es) hegemonicamente brancas(os), por meio de formações que pouco contribuíram para a construção nas práticas antirracistas das profissionais, demonstrando que nenhuma educação é politicamente neutra (hooks, 2013). É desse modo que as práticas profissionais antirracistas das psicólogas entrevistadas se constituem em uma construção contínua, por meio de processos de aquilombamentos, no contexto das experiências de vida e na leitura das demandas do território.

Entendemos que este trabalho, ao visibilizar as práticas de psicólogas negras, surge também como reconhecimento e valorização das mulheres negras que tanto lutam e lutaram para a construção de uma psicologia antirracista. Mas, para além da esfera individual, a luta antirracista requer compromisso das instituições formadoras e as de regulamentação, orientação e fiscalização do exercício profissional, assumindo suas responsabilidades na construção de uma ciência e profissão antirracista.

Cabe-nos prosseguir refinando as análises, sobretudo, a respeito dos acoplamentos entre as temáticas dos currículos de formação em psicologia (materializados nos PPCs), da atuação profissional, do racismo institucional presente nas universidades brasileiras e no cotidiano do exercício da profissão. Acreditamos que é possível buscar a criação de mecanismos institucionais que possam se debruçar de forma aprofundada nos deslocamentos das proposições curriculares e de diretrizes para a atuação profissional, contemplando a temática das relações raciais, que não dependam única e exclusivamente dos interesses de docentes, gestores e profissionais, hegemonicamente brancos(as) e instalados em posições que buscam manter privilégios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Silvio. *Racismo estrutural*. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

ARRAES, Jarid. *Heroínas negras brasileiras: em 15 cordéis*. São Paulo: Pólen, 2017. 176 p.

BENTO, Maria Aparecida. *O pacto da branquitude*. Companhia das Letras, 2022.

BRASIL. *Lei n.º 12.711*, de 29 de agosto de 2012. Brasília, DF: Presidência da República, 2014. Não paginado. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em: 06 de abril de 2023.

BRASIL. *Lei n.º 12.990*, de 09 de junho de 2014. Brasília, DF: Presidência da República, 2014. Não paginado. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/112990.htm. Acesso em: 06 de abril de 2023.



CALEGARE, Marcelo; TAMBORIL, Maria Ivonete. F. Formação, atuação e produção do conhecimento em psicologia social na Amazônia brasileira: retalhos da nossa história. *Textos e Debates*, Boa Vista, n.31, 2017. p. 11-31. Disponível em: <https://revista.ufrr.br/textosedebates/article/view/4254>. Acesso em: 20 set. 2023.

CARNEIRO, Aparecida Sueli J. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. 2005. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Acesso em: <https://repositorio.usp.br/item/001465832> Acesso em: 06 de abril de 2023.

CARNEIRO, Aparecida Sueli J. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. Selo Negro.2011.

CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida S. (Orgs.). *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2017.

CARVALHO, José Jorge. *Encontro de saberes, descolonização e transdisciplinaridade: três conferências introdutórias* in: TUGNY, Rosângela Pereira de; GONÇALVES, Gustavo. *Universidade popular e encontro de saberes*. 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/32949> Acesso em: 20 de julho de 2023.

CASTRO, Ricardo D. de; BORGES, Cláudia A. M. A construção de um campo de pesquisa antirracista ou sobre quando sujeito e objeto (se) pesquisam. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, [S. l.], v. 10, n. 24, p. 339–365, 2018. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/447>. Acesso em: 31 de julho 2023.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Psicologia: uma profissão de muitas e diferentes mulheres / Conselho Federal de Psicologia*. - Brasília: CFP, 2013.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Relações Raciais: Referências Técnicas para atuação de psicólogos/os*. Brasília: CFP, 2017.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Código de ética profissional do psicólogo*. Brasília, DF: Plenário do Conselho Federal de Psicologia, 2005. Disponível em: <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>. Acesso em: 22 de junho de 2023

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Psicologia brasileira apresentada em números*. Disponível em: <http://www2.cfp.org.br/infografico/quantos-somos/>. Acesso em: 22 de maio de 2022.

DAVIS, Ângela. *Mulheres, raça e classe*. Candiani, Heci Regina. São Paulo:Boitempo, 2016.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 2002.

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

FÉLIX-SILVA, Antonio Vladimir; DUQUE, Jéssica; SANTOS, Joice; ROCHA, Matheus; SEVERO, Ana Kalliny. *Psicologia da Diferença, Relações Raciais e Formação da(o) Psicóloga(o)*. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 42, p. e229977, 2022. Disponível em <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1356595> Acesso em: 10 de novembro de 2022.

GOMES, Nilma Lino. O movimento negro e a intelectualidade negra descolonizando o currículo. In: BERNARDINO-COSTA, N. (org) *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

GONZALEZ, Lélia. *Racismo e Sexíssimo na Cultura Brasileira*. [s.n.], 1984,p 228.



GONZAGA, Paula Rita B. “A gente é muito maior, a gente é um corpo coletivo”: produções de si e de mundo a partir da ancestralidade, afetividade e intelectualidade de mulheres negras lésbicas e bissexuais. (Doutorado em Psicologia) – Programa de pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2019. 347 f.

GONZAGA, Paula Rita B. *Interseccionalidade: uma contribuição do feminismo negro para a construção de práticas e conhecimentos antirracistas na psicologia*. Conselho Federal de Psicologia. *Psicologia brasileira na luta antirracista*. Brasília, v. 1, 155-176, 2022. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2022/11/VOLUME-1-luta-antirracista-1801-web.pdf>. Acesso em: 13 de março 2023.

GOUVEIA, M.; ZANELLO, V. Psicoterapia, raça e racismo no contexto brasileiro: experiências e percepções de mulheres negras. *Psicologia em Estudo*, v. 24, p. e42738, 2019. Disponível em <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v24i0.42738> Acesso em: 13 de março 2023.

GOUVEIA, Marizete. ZANELLO, Valeska. Saúde Mental e Racismo Contra Negros: Produção Bibliográfica Brasileira dos Últimos Quinze Anos. *Psicologia: Ciência e Profissão* Jul/Set. 2018 v. 38 n°3, 450-464. <https://doi.org/10.1590/1982-37030003262017> Acesso em: 13 de março 2023.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Guimarães. *Racismo e antirracismo no Brasil*. São Paulo: FUSP; Editora 34, 1999.

GRIJALVA, Dorotea Gómez. *Meu corpo é um território político*. Rio de Janeiro: Zazie edições, 2020.

HOOKS, Bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. Tradução: Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Editora Cobogó, 2019.

LIMA, Caroline de A.; FREITAS, Rosineide Cristina de. Ainda somos poucos!? Invisibilidade e silenciamento de docentes negras (os) nas universidades. *Abatirá - Revista de Ciências Humanas e Linguagens*, v. 2, n. 3, p. 224 - 241, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/abatira/issue/view/589> Acesso em: 20 de maio de 2023.

LIMA, A. A legitimação do intelectual negro no meio acadêmico brasileiro: negação de inferioridade, confronto ou assimilação intelectual? *Afro-Ásia*, Salvador, n. 25-26, 2001. DOI: 10.9771/aa.v0i25-26.21015. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21015>. Acesso em: 31 de julho de 2023.

MBEMBE, Achille. *Políticas da Inimizade*. Trad. de Marta Lança. Lisboa: Antígona, 2017, 250p.

NASCIMENTO, Beatriz. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. *Revista Afrodiáspora*, v. 3, n. 6-7, p. 41-49, 1985. Disponível em: <https://circuito.ubueditora.com.br/o-conceito-de-quilombo/> Acesso em: junho de 2022,

NASCIMENTO, Beatriz. *Uma história feita por mãos negras*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

NASCIMENTO, Beatriz. *O negro visto por ele mesmo*. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

OLIVEIRA, Regina M. de S.; NASCIMENTO, Maria da Conceição. Psicologia e relações raciais: sobre apagamentos e visibilidades. *Revista da Associação Brasileira de*



Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), [S. l.], v. 10, n. 24, p. 216–240, 2018. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/582>. Acesso em: 31 de julho 2023.

SANTOS, Alessandro de O. DOS.; SCHUCMAN, Lia V.; MARTINS, Hidelberto V. Breve histórico do pensamento psicológico brasileiro sobre relações étnico-raciais. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 32, n. spe, p. 166–175, 2012. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S1414-98932012000500012> Acesso em: 13 de julho 2023.

SANTOS, Abrahão de O. *Epistemologias Negras: novas propostas para o ensino, a pesquisa e a extensão em Psicologia*. in: *Psicologia brasileira na luta antirracista: volume 1 / Conselho Federal de Psicologia e Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia*. Brasília: CFP, p.355, 2022.

SANTOS, Abrahão O; SILVA, Yan F da; PAIXÃO, Tulane O da; SILVA, Viviane P. da; OLIVERIA, Luiza R de. Publicações nas revistas de psicologia e relações raciais. *Arq. bras. psicol.*, Rio de Janeiro, v. 72, n. spe, p. 6-17, 2020. Disponível em <http://dx.doi.org/10.36482/1809-5267.arbp2020v72s> Acesso em: 31 de julho de 2023.

SANTOS, Aline S. R.; EMÍLIO, Solange A. A mulher negra e a formação em Psicologia. Quais as barreiras existentes? *Semina: Ciências Sociais e Humanas*, v. 42, n. 1, p. 115-132, 2021. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/seminasoc/article/view/39926>. Acesso em: 31 de julho de 2023.

SANTOS, Antonio Bispo. *Colonização, quilombos: modos e significações*. Brasília: INCTI/UnB, 2015.

SOUZA, Neusa Souza. *Tornar-se negro: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2021.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

Recebido em: 07/08/2023

Aprovado em: 18/09/2023